



CSP-Conlutas

Central Sindical e Popular do Rio de Janeiro

Carta aberta pela unidade na construção do dia do trabalhador

Com quatro meses de governo Dilma Rousseff já mostrou a que veio. Tanto nos episódios do reajuste dos salários dos parlamentares, no arrocho ao salário mínimo, seu comportamento na tragédia da região serrana – propondo liberar o FGTS, ou seja toma o dinheiro que é teu e se vira – no corte de 50 bilhões no orçamento, na forma de ajuste da tabela do imposto de renda e no ataque aos movimentos sociais, a partir da presença no Brasil de Barack Obama, Dilma vem construindo um perfil de governo.

Já há ameaças como o aumento da idade mínima para aposentadoria, redução da contribuição da patronal para o INSS, reforma tributária, reforma política, aumento da taxa selic, aumentando desta forma mais 1 bilhão nas dívidas interna e externa e uma série de outros ataques aos trabalhadores e seus direitos.

Dilma não possui a mesma penetração de Lula frente às direções tradicionais do movimento. Lula deu continuidade à mesma política de FHC, manteve uma relação privilegiada com as multinacionais e uma relação assistencialista e populista com as massas e as entidades do movimento operário. Dilma deve seguir a mesma política do governo Lula de reformas neoliberais, privatizações, etc.. Manterá a mesma relação privilegiada com os bancos e grandes empresas. Apesar de manter uma face assistencialista e populista com as massas não tem a mesma incidência de Lula sobre as direções do movimento operário. Por isso o setor da direção do movimento mais governista divide, já, tarefas com o governo para tentar retirar e reduzir direitos.

Mesmo com os primeiros ataques aos direitos dos trabalhadores as centrais seguem cumprindo o papel de correia de transmissão do governo no movimento. O exemplo em nosso estado foi à iniciativa de Sérgio Cabral que enviou a ALERJ um PL para alterar o salário mínimo regional, propondo inclusive pisos menores para a região serrana. As centrais chapa branca apoiaram todas as medidas do governo junto com os empresários fluminense. Se isso contribui com a incerteza da classe que não tem uma direção para resistir aos ataques, também leva à busca de uma alternativa. Vemos isso nas insurreições dos operários nos canteiros das obras do PAC. Precisamos apresentar uma alternativa a todos que estão lutando, seja nas campanhas salariais, seja por emprego, moradia ou terra. Esta alternativa é a unificação de todas as lutas. Tal mecanismo gera as possibilidades para a construção de uma nova direção que atenda aos interesses dos trabalhadores.

As mobilizações de março e abril em nosso país são muito fortes. Porém vivemos ainda um processo de dispersão que não permite ao conjunto dos trabalhadores

perceber que a luta dos operários da construção civil, a luta dos educadores, dos petroleiros, dos metalúrgicos, dos trabalhadores da saúde, dos sem teto e sem terra, são parte de um mesmo processo de lutas. Mesmo realizando atividades de luta contra o machismo, contra o racismo ou a homofobia uma significativa parte dos lutadores ainda não entende que estas lutas tem o mesmo caráter de defesa dos direitos dos trabalhadores. Encaram estas lutas como específicas sem se dar conta que fazem parte de um programa de nossa classe contra a exploração capitalista.

Entretanto há um sentimento geral de unidade para lutar na consciência dos trabalhadores, apesar das traições das centrais governistas. A tarefa que se coloca é mostrar que este sentimento expressa uma necessidade objetiva de nossa classe para resistir aos ataques do imperialismo e do governo: como exemplo desta política foi a construção da manifestação do dia 13 de abril, dos servidores públicos federais. Foi com este objetivo que criamos o Fórum de Unidade de Brasília formado por várias federações, confederações, sindicatos, entidades e movimentos sociais.

A polêmica sobre o local onde faremos o ato do 1º de maio, dia do trabalhador, um ato que rompe as fronteiras das reivindicações específicas, tem uma importância hierarquicamente menor que a nossa unidade.

Nossa opinião segue sendo que o melhor local para um ato no dia do trabalhador seria em um dos locais onde os governos são responsáveis por milhares de mortes e deixaram milhares de trabalhadores desabrigados. Hoje este local é a Região Serrana e, particularmente, a cidade de Nova Friburgo onde há uma organização que se compõe de várias entidades que lutam para garantir a reconstrução da vida dos trabalhadores da região. Fizemos o mesmo no ano passado no Morro do Bumba. O que foi correto.

Porém, reconhecemos que neste momento não há o entendimento comum de realizarmos o ato do dia do trabalhador com o critério político do ano passado. Assim fazê-lo em Nova Friburgo, no Maracanã, Comunidade do Metrô, Quinta da Boa Vista, para nós não pode ser motivo para fazermos atos separados. Coerentes com a necessidade de realizarmos um ato unificado retiramos a proposta que o ato unitário seja em Nova Friburgo e nos propomos a realizar o ato unitário na cidade do Rio de Janeiro.

Logo, queremos reafirmar todos os outros acordos políticos que permitem garantir que o 1º de maio seja unitário, de luta, classista, independente dos governos e dos patrões.

Os eixos políticos acordados até agora

Assim reafirmamos nossa proposta de construção de um ato de 1º unitário, de luta, classista, independente dos governos e dos patrões com base nos seguintes eixos políticos já acumulados entre nós:

- Salário mínimo: os deputados e senadores decidiram dar aos seus salários 63% de reajuste. Diante desta liberalidade e a falta de critério de índices igualitários, queremos um reajuste substancial concedido também ao salário mínimo, buscando justiça social no país, com uma melhor distribuição de renda;

- Serviço e servidores públicos: Não aceitamos cortes no orçamento da saúde, educação e outras políticas públicas de interesse do povo brasileiro. É preciso aumentar os investimentos nestas áreas. Não aceitamos o congelamento de salários dos Servidores Públicos Federais (PL 549) e, ao mesmo tempo, exigimos o cumprimento dos acordos feitos anteriormente com estes trabalhadores. O que deve acabar é o superávit primário, recursos públicos destinados a pagar juros aos bancos;

- Aposentadoria: Não aceitamos a diminuição da contribuição das empresas para o financiamento da previdência social. Queremos a recomposição do valor que as aposentadorias tinham – em salários mínimos – quando foram concedidas e o mesmo reajuste do salário mínimo para todas as aposentadorias; o fim do fator previdenciário e o fim da alta programada;

- Direitos dos trabalhadores: Não aceitamos a flexibilização, diminuição ou eliminação dos direitos dos trabalhadores, tenha o nome de “desoneração da folha de salários”, “prevalência do negociado sobre o legislado” ou outro qualquer. Queremos a ampliação dos direitos da nossa classe, com o fim da terceirização e a redução da jornada de trabalho;

- Tabela do imposto de renda: Queremos a correção imediata da tabela de desconto do imposto de renda;

- Socorro às vítimas das enchentes: O povo pobre não pode continuar sendo penalizado. Queremos a liberação de todos os recursos necessários para a atenção às vítimas e a reconstrução das áreas atingidas, garantia de salário e emprego e um plano de obras públicas com prioridade de contratação dos atingidos que estejam desempregados.

Somos contra as remoções violentas e exigimos a responsabilização e apuração dos agentes responsáveis que burlam a lei, que degradam a natureza e o meio ambiente.

- Mega eventos e remoções: os megaeventos, como a Copa e as Olimpíadas, visam a mais cínica transferência de recursos públicos para a iniciativa privada. A despreocupação com os trabalhadores é uma realidade nestas obras. A remoção de comunidades, grosso modo, está a serviço da especulação imobiliária, mais uma vez pretendem empurrar os trabalhadores e o povo para longe dos espaços urbanizados. Queremos moradias dignas, de interesse social no centro e adjacências, queremos a regularização das ocupações dos sem teto.

- Não aos leilões do Petróleo, o petróleo tem que ser nosso.

Auditoria da Dívida Externa, Não pagamento da dívida externa. Basta de engordar o bolso de banqueiros e especuladores.

- Reforma agrária radical, sob controle dos trabalhadores. Não aos agrotóxicos.

Contra as privatizações dos serviços públicos. Não à privatização do SUS e dos Hospitais Universitários. Fim da transferência de recursos públicos da saúde e da educação para a iniciativa privada. Verbas públicas somente para escolas públicas.

- Passe livre irrestrito para estudantes e desempregados

- Não ao corte de 50 bi do orçamento da união

- Contra a guerra imperialista na Líbia, todo apoio aos trabalhadores e ao povo Líbio em sua luta contra Kadaffi e o imperialismo. Todo apoio às lutas dos trabalhadores e dos povos afegão e iraquiano, dos trabalhadores e dos povos árabes e africanos contra o imperialismo.

- Liberdade para Múmia Abul Jamal (Dirigente do povo negro mantido no Corredor da morte pelo governo norte americano)

- Em defesa dos 13 perseguidos políticos do Consulado, Não à criminalização dos movimentos sociais. Lutar é Direito, lutar não é crime!

- Solidariedade com as famílias e vítimas da Chacina de Realengo.

**Coordenação Estadual de Entidades da
CSP-Conlutas - Central Sindical e Popular do
Rio de Janeiro**

CSP-Conlutas
Central Sindical e Popular do Rio de Janeiro
Rua Teotônio Regadas, 26, sala 602, Centro
Tel 2509 1856
cspconlutas-rj@cspconlutas.org.br
<http://cspconlutas.org.br/>
